

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAEL CALEFFI BRANCHTEIN

**A ÁFRICA DO SUL DURANTE A GUERRA FRIA: APOIO E OPOSIÇÃO
INTERNACIONAL AO REGIME DO APARTHEID**

Porto Alegre

2016

RAFAEL CALEFFI BRANCHTEIN

**A ÁFRICA DO SUL DURANTE A GUERRA FRIA: APOIO E OPOSIÇÃO
INTERNACIONAL AO REGIME DO APARTHEID**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevich
Pereira

Porto Alegre

2016

RAFAEL CALEFFI BRANCHTEIN

**A ÁFRICA DO SUL DURANTE A GUERRA FRIA: APOIO E OPOSIÇÃO
INTERNACIONAL AO REGIME DO APARTHEID**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição na qual desenvolvi minha educação e tive o privilégio de frequentar. Agradeço também todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação acadêmica, sempre dedicados e preocupados em proporcionar o que tinham de melhor para o curso. Em especial, gostaria de agradecer à professora Analúcia Danilevitz Pereira, pelas suas aulas e pela excelente orientação dada a este trabalho. Também agradeço aos professores Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Diego Pautasso, por se disponibilizarem a participar da banca de avaliação. Agradeço a todos os servidores e funcionários da UFRGS, que tornaram possível meu estudo nesta instituição durante estes anos.

Agradeço aos meus pais Leandro e Lorena e a toda minha família, por proporcionarem valores, amor, incentivo e uma base para que pudesse me dedicar à vida acadêmica e por auxiliarem na minha formação. Agradeço à Gabi, pelo enorme apoio e carinho nestes anos. Agradeço aos meus amigos e colegas do curso de Relações Internacionais, pela cumplicidade, inteligência e parceria durante estes anos de estudo e trabalho. Agradeço ao meu amigo Marcelo Kanter pelos conselhos dados e livros emprestados para o desenvolvimento desse trabalho.

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza.”

Boaventura de Souza Santos

“A luta continua”

RESUMO

Este trabalho trata do regime do apartheid na África do Sul e as ações dos atores do Sistema Internacional a respeito deste, bem como de que forma estas ações deram condições para sua manutenção e término. Objetiva-se analisar como a lógica e estrutura bipolar do Sistema Internacional durante a Guerra Fria condicionaram as relações exteriores dos atores internacionais com a África do Sul e seu regime, bem como qual o grau de influência destas relações sobre a permanência do regime no poder ou sua remoção. O trabalho realiza uma análise geral das interações entre a África do Sul (tanto seu regime quanto seus movimentos de oposição) e alguns atores do Sistema Internacional: Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Índia, Israel, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Países da Linha da Frente, bem como organizações internacionais - como a Organização das Nações Unidas - e o movimento internacional antiapartheid. Após esta análise, colocam-se os motivos para o fim do regime do apartheid, relacionando-os com as mudanças na conjuntura internacional e seus efeitos nas interações analisadas anteriormente. Por fim, são descritos os primeiros passos do novo regime e seu novo alinhamento internacional.

Palavras-chave: África do Sul. Apartheid. Guerra Fria. Relações Exteriores. Sistema Internacional.

ABSTRACT

This work is about the apartheid regime in South Africa and the actions of the International System's actors towards it, and how these actions gave the conditions for the continuity and eventual ending of said regime. The goal is to analyze how the logic and bipolar structure of the International System during the Cold War conditioned the foreign relations between South Africa and its regime with other States, as well as how much influence these relationships had in determining the regime's remain in power or its removal. This paper makes a general analysis of the interactions between South Africa (regime and opposition) and some relevant actors in the International System: United States of America, Union of the Soviet Socialist Republics, India, Israel, United Kingdom, Western Germany, Frontline States, as well as international organizations - such as the United Nations - and the anti-apartheid movement. After this analysis, the reasons for the end of the regime are pointed out, linking them to the changes in the international landscape and its effects in the interactions previously analyzed. In the end, the first steps of the new government after apartheid are described and compared to the previous one.

Keywords: South Africa. Apartheid. Cold War. Foreign Relations. International System.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPPC	- Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor
CAA	- Conselho de Assuntos Africanos
CBC	- “Congressional Black Caucus”
CIJ	- Corte Internacional de Justiça
CNA	- Congresso Nacional Africano
CPA	- Congresso Pan-Africano
EUA	- Estados Unidos da América
MAA	- Movimento AntiApartheid
MK	- Umkhonto we Sizwe (“Lança da Nação”)
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	- Organização da Unidade Africana
PCSA	- Partido Comunista Sul-Africano
PCUS	- Partido Comunista da União Soviética
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ESTRUTURAÇÃO DO REGIME DO APARTHEID E APOIO INTERNACIONAL....	11
2.1 Breve história da África do Sul e as políticas de separação racial.....	11
2.2 Relação norte-americana com a África do Sul (1948-1994).....	16
2.3 Relação entre Israel e África do Sul e a parceria nuclear.....	25
2.4 África do Sul e Alemanha Ocidental.....	27
2.5 África do Sul e Reino Unido.....	28
3 LUTA ANTIAPARTHEID E BOICOTE INTERNACIONAL.....	30
3.1 Movimentos sul-africanos na luta antiapartheid.....	30
3.2 Apoio soviético ao movimento antiapartheid.....	32
3.3 Índia e as sanções ao apartheid na ONU.....	35
3.4 África do Sul e os Países da Linha da Frente.....	37
3.5 África do Sul e o movimento antiapartheid internacional.....	39
4 FIM DO REGIME DO APARTHEID.....	42
4.1 Crise política, econômica e estratégica.....	42
4.2 Primeiros passos de um novo regime.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o regime do apartheid na África do Sul e sua relação com o Sistema Internacional e seus atores durante o período da Guerra Fria. Neste período corre o regime instituído pelo Partido Nacional denominado apartheid¹. O termo é utilizado para referir-se à política governamental de determinação de direitos políticos e sociais aos diversos grupos raciais do país. É constituída uma estrutura social, política, econômica e legal, que determina a diferenciação dos grupos raciais e seu desenvolvimento separado. Na prática, o apartheid era a manutenção da supremacia branca no país, baseado num sistema determinado por cor da pele.

O objetivo principal é apontar quais foram os atores externos envolvidos diretamente com a manutenção ou o enfraquecimento do regime do apartheid na África do Sul e quais foram suas ações. Faz também parte do trabalho analisar como a lógica bipolar que estava vigente no Sistema Internacional da época influenciou as decisões de política externa dos atores analisados em relação à África do Sul e seu regime do apartheid. Outro objetivo é tentar determinar qual a importância destes apoios ou ataques em relação aos motivos pelo qual o regime caiu. O trabalho busca entender um dos acontecimentos mais relevantes do século XX sob a ótica das relações internacionais, avaliando sobre como a política externa de um Estado está sujeita não só aos interesses de sua população, mas também a diversos fatores externos materiais ou intangíveis.

A hipótese colocada é que o regime em si somente era sustentável devido ao apoio de grandes potências como EUA e o bloco capitalista em geral e, apenas quando seu interesse pela manutenção do regime foi diminuída, as forças opositoras puderam derrubar o apartheid. Esta oposição vinha principalmente e consistentemente de três principais fontes estatais (países pan-africanistas, países socialistas e alguns países asiáticos), bem como movimentos políticos de oposição internos e internacionais que promoviam o boicote ao regime. A maior razão para a queda do regime seria a crise generalizada na África do Sul, juntamente à nova relação entre grandes potências no pós-Guerra Fria e a derrota da África do Sul para as forças angolanas, na guerra travada em 1989 no Sudoeste Africano (atual Namíbia). O fim da Guerra Fria e da disputa

¹ Anna Maria Gentili define o termo “apartheid” no Dicionário de Política (BOBBIO, 1909, Ed.1983): a palavra apartheid vem do afrikaans, uma das línguas do país, e significa literalmente “separação” ou “identidade separada”. Designa a política oficial do Governo sul-africano sobre os direitos sociais e políticos e às relações entre os grupos raciais do país.

internacional, juntamente com a fragilidade econômica e política do regime, deram fim a este episódio da história da África do Sul.

Colocam-se como atores as organizações internacionais de boicote, além dos Estados. Analisam-se as dinâmicas de cooperação (África do Sul e potências ocidentais/socialistas e pan-africanistas) e o conflito entre estes “blocos”. Busca-se apontar motivos econômicos que trouxeram a insustentabilidade do regime, sendo impulsionada derradeiramente pela derrota da África do Sul na guerra contra Angola, esta última apoiada fortemente por Cuba, que enviou parte de seu contingente para lutar ao lado do exército angolano.

O trabalho se desenvolve em três capítulos: o primeiro capítulo descreve a história da África do Sul desde as primeiras colonizações até os primeiros anos do regime do apartheid, para explicar como este regime ocorreu naquele país. Ainda neste capítulo, são analisadas as relações entre o regime do apartheid e seus aliados internacionais (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha Ocidental e Israel), demonstrando como ocorreram cada uma destas parcerias, em quais âmbitos e por quais motivos.

O segundo capítulo fala sobre a oposição ao apartheid, primeiramente contando a história dos movimentos sul-africanos de oposição e resistência ao regime e depois analisando as relações destes movimentos e do próprio regime com atores internacionais contrários ao apartheid (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Índia, Organização das Nações Unidas, Estados da Linha da Frente, movimentos civis antiapartheid, Organização da Unidade Africana).

O último capítulo aborda os motivos pelo qual o apartheid terminou, as crises econômica, política e militar que atingiram o regime e como os seus opositores e apoiadores atuaram neste episódio. Também são abordados os primeiros passos e o realinhamento feito pelo governo no começo do novo regime em 1994. Concluindo, são feitas algumas considerações finais a respeito deste assunto.

2 ESTRUTURAÇÃO DO REGIME DO APARTHEID E APOIO INTERNACIONAL

Este capítulo possui dois objetivos principais: descrever o regime do apartheid da África do Sul e apontar quais foram e como atuaram seus principais aliados externos. Para atingir o primeiro objetivo é necessário descrever uma breve história do país, desde seus primeiros contatos com a população europeia, e como as dinâmicas de exploração e colonização subsequentes foram determinantes na formação do ambiente político, social e econômico no qual o regime do apartheid ocorreu. Para o segundo objetivo, serão identificados os principais atores que apoiaram o regime, como se deu este apoio e quais eram suas motivações. Serão analisados quatro casos práticos em particular: a política externa estadunidense, potência mundial e liderança do bloco capitalista que apoiou - mesmo que indiretamente - o regime; a relação entre Israel e África do Sul, que foi importante para o desenvolvimento do programa nuclear sul-africano; as políticas do Reino Unido, que chegou a ser responsável por metade dos investimentos externos na África do Sul; e a política externa da Alemanha Ocidental, que também manteve fortes relações econômicas com o regime.

2.1 Breve história da África do Sul e as políticas de separação racial

A história da África do Sul é amalgamada às relações internacionais no século XV, com as grandes navegações ibéricas. A região do Cabo no extremo sul africano era habitada pelos povos khoisan e bantos quando foi aportada por Bartolomeu Dias, em 1488 (VISENTINI, 2010; ROSS, 1999). Os povos khoisan eram assim denominados devido a sua proximidade linguística e se dividiam entre khoikhoi e sans.

O povo khoikhoi era agropastoreiro e habitava as regiões melhor irrigadas do sul, enquanto os sans eram caçadores e coletores e habitavam o território menos propício para o plantio. Ambos eram organizados socialmente em clãs, com algumas diferenças econômicas e de estrutura social, como tamanho dos clãs e administração dos recursos. Os bantos, que habitavam a região, compunham a maioria da população local. Eram pastores e agricultores seminômades, com organização política mais próxima aos Estados.

Os primeiros contatos com os europeus foram entre os khoikhoi e os portugueses. Estes fizeram escambo com os khoikhoi e, autolegitimados pela Bula Papal, declararam a região como

exclusiva para o reinado português. Com o tempo, os portugueses tiveram sua presença menos bem recebida, sendo cada vez mais enfrentados pelos povos locais, o que os levou ao afastamento definitivo da região, levando-os a utilizarem a foz do rio Congo e a ilha de Moçambique como bases de apoio para navegações (VISENTINI, 2010). Isto levou outros navegadores europeus a utilizarem o cabo sul-africano como entreposto das navegações, dentre estes, os holandeses e os ingleses. Estas relações foram mais amigáveis e prósperas para os habitantes do litoral, que puderam fazer comércio com os europeus, aprender novos idiomas, e fortalecer-se dentre os povos nativos (VISENTINI, 2010).

A colonização iniciou-se na metade do século XVII, como consequência do desenvolvimento hegemônico mercantil holandês. A Companhia Holandesa das Índias Orientais criou um entreposto, onde hoje fica a Cidade do Cabo, para abastecimento dos navios que realizavam a rota de comércio Europa-Ásia (BRAGA, 2010; VISENTINI, 2010), sobrepondo-se aos outros navegadores europeus. O entreposto holandês - liderado por Jan Van Riebeeck - e os khoikhoi, contudo, não atendiam às demandas dos navegantes, que eram cada vez mais numerosos e frequentes, o que levou a Holanda a realizar uma colonização efetiva do local (ROSS, 1999).

Iniciou-se então o processo de colonização, com alguns processos principais implementados pelos holandeses e a Companhia Holandesa das Índias Orientais: apropriação forçada das terras e alocação para burgueses livres que venderiam sua produção agrícola a preço fixo para a Companhia; envio de escravos provenientes de outros países africanos e da Índia; expulsão ou submissão à servidão da população nativa (BRAGA, 2010). Estes processos trouxeram como consequências diretas as guerras entre os khoikhoi e os colonos e a criação de uma nova identidade entre os agricultores europeus, que expandiram seu domínio territorial e suas atividades econômicas para o pastoreio (VISENTINI, 2010). O crescimento da população de escravos na África do Sul deveu-se majoritariamente à importação de novos escravos, e não pela reprodução da população escrava local (THOMPSON, 1990; BRAGA, 2010). Nos séculos XVII e XVIII estes processos e consequências se aprofundaram. Os colonizadores integraram a atividade agropecuária à Companhia, iniciaram a dominação da população khoikhoi e populações autóctones sofreram um massacre, cujos nativos restantes foram tratados como escravos. Em questões religiosas, a colonização holandesa trouxe o calvinismo puritano e sectário, religião que predominava entre os colonizadores e foi importante para legitimar determinadas relações sociais

(BRAGA, 2010). Os quatro grupos sociais principais eram: os colonizadores da Companhia Holandesa, que controlavam a legislação e o comércio; os imigrantes europeus, produtores agropecuários que controlavam a produção; os escravos estrangeiros, mão-de-obra da qual dependia a sustentação da produção local; e os grupos indígenas, que também serviam como mão-de-obra.

A colonização europeia seguia da época das grandes navegações, com forte influência holandesa e menor influência portuguesa. A região foi conquistada pelos britânicos em 1795, com ratificação em 1815 através do Tratado de Viena. O posicionamento marítimo da região era atraente para a Grã-Bretanha e sua força naval. A partir do século XIX, a África do Sul se viu colonizada e dominada pelos britânicos. A concepção do capitalismo britânico entrou em choque com a economia vigente na África do Sul, principalmente agrícola e pouco monetarizada. Havia, então, duas populações europeias na região. Foi neste momento que os colonizadores holandeses receberam a denominação de *bôer*, dada pelos britânicos, posteriormente mudada para *africâners*². A população *bôer* é herdeira da cultura holandesa, adepta ao calvinismo, mas com forte identidade nacional africana (em 1920 abandonariam a língua holandesa como oficial, substituindo-a pelo *afrikaans*, resultado da interação entre holandês e dialetos locais).

As modificações implementadas pelos britânicos foram extremamente relevantes, como a proibição do tráfico de escravos por navios pertencentes à coroa inglesa. Em 1828, os nativos *sans* e *khoikhoi* foram libertados e considerados iguais perante a lei, junto a ingleses e *bôeres*. Apesar da libertação jurídico-política, estas populações ainda precisavam trabalhar para os brancos, como não lhes restava opção. Esta libertação não foi bem recebida pelos *bôeres*, sendo a maior razão para o desacordo entre estes e o governo inglês. Cobrança de impostos também foi implementada e, em lugar da doação de terras para europeus, foi adotada a administração controlada. Dentre questões culturais, o inglês foi definido como idioma oficial e o anglicanismo começou a ser expandido pelas populações nativas, para desgosto dos *bôeres* calvinistas (BRAGA, 2010).

Os *bôeres* então iniciaram uma migração para o norte, com o intuito de escapar da dominação inglesa, chegando a terras dominadas pelo reino Zulu, do povo *ngoni*. O conflito com os *ngoni* foi ganho pelos *bôeres*, que voltaram a implantar o estilo de vida a que estavam

² Os *africâners* compreendiam também as populações dos demais imigrantes europeus, principalmente os franceses *huguenotes*.

acostumados desde a época que iniciaram a colonização inicial, criando a República do Natal. Contudo, foram logo dominados novamente pelos ingleses, que não desejavam a instauração de concorrência. Este não foi o fim da busca bôer por autonomia e afirmação de seu estilo de vida escravista. Deslocaram-se ainda mais para nordeste, impondo a língua holandesa e a religião calvinista por onde conseguiam manter domínio (VISENTINI, 2010).

Da segunda metade do século XVII até o final do século XX, o poder na África do Sul foi exercido pela elite branca, nos campos político, econômico e militar. Apesar de toda dominação e opressão colonial europeia na África do Sul, a população negra nativa manteve-se mais numerosa que a branca colonizadora, ao contrário do que ocorreu na América do Norte ou na Austrália, com os povos nativo-americanos e aborígenes. Em 1870, a população negra era dez vezes maior que a população branca na área onde hoje é a África do Sul, apesar de não dominarem os meios econômicos (BRAGA, 2010). No auge do imperialismo britânico, ocorreu o descobrimento de ouro e diamantes no interior da África do Sul, o que inseriu toda a região do país na lógica do capitalismo do Reino Unido. O ano de 1865 foi fundamental para o acirramento da rivalidade entre os britânicos e os bôeres, devido à descoberta de jazidas de diamantes. O Reino Unido anexou a região diamantífera bôer de Kimberley, situada em Orange, à colônia do Cabo e, em 1877, movimentou tropas para a conquista definitiva das repúblicas autônomas bôeres. As atividades bôeres agrícolas entraram em decadência, levando-os a ficar ainda mais dependentes do capitalismo britânico, o que os levou a defenderem ainda mais as políticas de discriminação racial entre as populações da região, uma vez que bôeres dividiam postos de trabalho com a população negra (BRAGA, 2010). Os bôeres dominavam o campo, mas nas cidades eles se encontravam nos baixos postos de trabalho (SAMPSON, 1988).

As diferenças culturais e principalmente econômicas entre os dois colonizadores europeus acarretaram em cismas políticos que trouxeram sérias consequências para toda a população. O domínio britânico só se estabeleceria hegemonicamente em 1910, após as guerras dos bôeres (ápice das rivalidades entre os britânicos e os bôeres) e a criação da União Sul-Africana (VISENTINI, 2011; BRAGA, 2010). A divisão entre bôeres e ingleses foi institucionalizada em um sistema partidário, no qual surgiram dois grandes partidos nacionalistas cujo projeto advogava pela autonomia nacional: o Congresso Nacional Africano, que desejava corrigir as injustiças raciais do país, e o Partido Nacional, partido bôer que desejava manter as vantagens dos brancos sobre o resto da população. Entretanto, praticamente só a população branca podia votar, e

somente brancos podiam ser eleitos (ROSS, 1999). Como resultado, foram implementadas mais leis racistas na África do Sul. Os melhores empregos estavam reservados aos brancos, havia limitações de posses para negros e um processo de fixar a urbanização das populações negras às periferias das cidades. Durante a primeira metade do século XX, a África do Sul passou por um processo de industrialização e a crescente mecanização do campo levou agricultores brancos para as cidades, o que piorou ainda mais as condições para os negros, que sofreram mais “periferização” e “favelização” (BRAGA, 2010).

Em 1948 houve eleições e o Partido Nacional foi o grande vencedor com sua campanha para separar as populações com base na sua raça. O regime do apartheid foi oficializado nesta data e impediu a convivência social entre brancos e negros, bem como institucionalizou a população negra como de segunda classe. Houve uma separação legal, social e física entre os brancos (na sua maioria, bôeres) e os negros. Além da implementação de políticas de segregação racial no país, o Partido Nacional realizou reformas no sistema político-eleitoral a fim de garantir sua permanência no poder (ROSS, 1999).

A raiz do problema sul-africano é questionada pelos estudiosos: “A África do Sul possui um caráter único, diferente das demais colônias tradicionais, e o dilema classe ou raça, que marcou o movimento de libertação, aqui, se revela decisivo.” (VISENTINI, 2010, p.11). Essa dualidade da raiz da desigualdade entre raça e classe social também é apontada por Joe Slovo, líder da resistência antiapartheid que, em sua obra, coloca-as como duas faces difíceis de separar, pois atrapalhava a organização da oposição ao regime (SLOVO, 1978). Contudo, Slovo coloca a questão das classes como central no apartheid, que era inserida no regime político legal através do apartheid racial. A concentração dos meios de produção em mãos brancas era assegurada pela discriminação racial legal. Apesar de que nem todos os brancos estivessem na elite econômica, alguns sendo parte do proletariado, ainda que beneficiados pelas leis raciais. Dessa maneira, as leis do apartheid tinham como intenção não somente garantir a dominação da população branca na política, mas também na economia, garantindo a propriedade das terras e meios de produção nas mãos da elite branca africâner e assegurando também mão de obra barata e abundante para um desenvolvimento lucrativo do país. A ideia de concentração de poder político acompanha a da concentração de poder econômico, neste caso sem redistribuição. Portanto, as classes sociais e raciais se misturavam, o que tornava difusa a oposição ao sistema. Os brancos proletários, ainda que afetados pela concentração de renda e posses, asseguravam alguma vantagem sobre os

proletários negros, o que os motivava em muitos casos a legitimar o sistema como um todo (SLOVO, 1978).

Não eram somente os integrantes da elite sul-africana que se beneficiavam desta estrutura de poder. Havia outros países que tomaram vantagem desta configuração para seu próprio benefício. Mesmo que contrários ao apartheid em seus discursos, diversos países apoiaram na prática o status-quo da África do Sul, o que foi em grande parte responsável pela sua sustentação ao longo das décadas. Ao analisarmos a história do país, é de suma importância considerar as marcas dos 250 anos de escravidão e servidão e outros 100 anos de exploração e discriminação vivenciados pela população, sua infraestrutura e recursos naturais, bem como a dominação realizada tanto por britânicos quanto por holandeses. Este processo histórico demonstra como o apartheid não foi surpreendente quando implementado em 1948, mas sim resultado esperado de uma sociedade com setores historicamente racistas que impediram a participação das populações discriminadas na vida política (PEREIRA, 2012).

2.2 Relação norte-americana com a África do Sul (1948-1994)

O continente africano não recebeu atenção prioritária da política externa estadunidense durante a Guerra Fria. No entanto, o continente asiático, com países como União Soviética, Coreia do Norte, Coreia do Sul, China e Vietnã por exemplo, estava constantemente na agenda política norte-americana. Somente casos específicos, como a guerra civil de Angola ou a independência do Zimbábue, atraíam os olhares e ações políticas para a África. Logo estes casos eram resolvidos pelos poderes decisórios e a pauta retornava ao habitual. Contudo, a África do Sul mostrava-se como uma exceção, tendo presença frequente nos meios políticos e diplomáticos dos EUA (THOMSON, 2008).

As razões para esta relevância, incomum para países africanos, eram relativas a sua geografia, economia, política e geologia. O país localizava-se em uma valiosa rota comercial marítima, recebia investimentos de grandes empresas americanas, seu governo mostrava-se como importante parceiro contra o comunismo e sua difusão no continente africano. O país possuía grandes reservas de minérios importantes para a indústria americana, bem como uma posição geopolítica importante para a garantia do controle dos mares. Por outro lado, estas características, aparentemente tão vantajosas para os EUA, eram prejudicadas pelo regime racista

institucionalizado no país. O apartheid era diretamente contrário à moral dos Direitos Humanos presente no discurso norte-americano, ainda que os Estados Unidos possuíssem profundos problemas internos relacionados à questão racial (THOMSON, 2008).

Ao mesmo tempo que a África do Sul se apresentava como um importante aliado, o apartheid era indefensável politicamente. Este dilema foi o centro das decisões de política externa norte-americana durante a segunda metade do século XX para o país (THOMSON, 2008), sendo sempre necessário equilibrar cálculos estratégicos, interesses econômicos e preocupações humanitárias. De maneira geral, este impasse afetava todos os países do bloco capitalista aliados aos EUA. Ao analisarmos estas cinco décadas de política externa para a África do Sul, fica claro a forma com que todos os governos da época levaram em conta estes três aspectos ao realizarem suas políticas internacionais.

Logo após o fim a Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, o objetivo central da política externa dos EUA foi conter o comunismo e expandir o capitalismo, tomando diversas providências para que estes movimentos ocorressem mundialmente. Dean Acheson, Secretário de Estado dos EUA entre 1949 e 1953, declarou: “O objetivo central é manter um ambiente o mais espaçoso possível para que nações livres possam existir e florescer”³ (ACHESON, 1969, p.727, *apud* THOMSON, 2008, p.6). No continente africano, onde a influência ocidental diminuía na medida em que o processo de descolonização ocorria, o governo sul-africano mostrava-se firmemente aliado na luta contra o comunismo, devido à sua própria ideologia, sua estrutura de poder capitalista e devido ao apoio dado pelos soviéticos aos seus opositores. Portanto, qualquer mudança na política interna sul-africana poderia significar a perda estadunidense de um aliado estratégico.

A África do Sul também possuía importância estratégica devido à sua posição central nas vias de transporte marítimo, desde o século XV. Após a Segunda Guerra Mundial, a rota segue relevante, contudo, para o transporte de petróleo do Oriente Médio para a Europa e EUA. Em 1980, passavam pelo Cabo da Boa Esperança 65% e 28% do petróleo consumido na Europa Ocidental e EUA, respectivamente (HANKS, 1981). Outro aspecto estratégico considerado pela política norte-americana eram as reservas de minérios sul-africanas. Durante a Guerra Fria, a África do Sul foi o quarto maior exportador de minérios não combustíveis do mundo. Elementos

³ Do original: “Maintain as spacious an environment as possible in which free states might exist and flourish”. Tradução própria.

como cromo, manganês e vanádio eram essenciais para as indústrias aeronáutica e de aço e foram fornecidos aos EUA e seus aliados graças às grandes reservas controladas pelos bôeres (THOMSON, 2008). Outras grandes reservas estavam em território soviético, portanto, a vulnerabilidade era ocidental, o que destacava ainda mais esta questão no cálculo estratégico.

O segundo pilar da política externa dos EUA para a África do Sul foi a proteção de seus interesses econômicos no país. As relações econômicas entre os dois países ganharam relevância na última metade do século XIX, quando companhias americanas entraram na África do Sul para minerar ouro e diamantes, o que também levou milhares de mineiros americanos a imigrarem para a África do Sul. Além de companhias mineradoras, empresas americanas de energia, eletricidade e maquinário de escavação foram beneficiadas com o novo mercado. A partir de então, novas companhias americanas se estabeleceram, desde automotivas até estúdios de cinema. No período da Guerra Fria houve um grande desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países, com seu comércio multiplicado por em torno de vinte vezes entre 1950 e 1980. O investimento direto americano aumentou mais de 1500% no mesmo período. Esse aumento deveu-se às políticas liberais do governo africano, sua orientação capitalista e o retorno ao investimento médio de 13,7%, dois pontos percentuais acima da média mundial (THOMSON, 2008).

O terceiro aspecto, os direitos humanos, também foi importante na formação da política externa americana. Mesmo muitas vezes sendo preterido em detrimento do auto interesse pragmático, os valores e moralidade estiveram presentes em algum nível da política externa americana, o que trazia grandes conflitos para os políticos estadunidenses. Isto foi particularmente relevante no caso da África do Sul, devido às delicadas relações raciais nos EUA. Durante o regime do apartheid, os Estados Unidos viviam uma grande onda de violência racial, perpetrada principalmente por grupos como o Ku Klux Klan, e pelas leis “Jim Crow”, como ficou conhecido o conjunto de leis segregacionistas nos Estados Unidos.

O período entre 1948 e 1960 compreendeu os governos Truman e Eisenhower e foi caracterizado pela cooperação e apoio mútuo entre os países. A questão dos direitos humanos ainda era muito incipiente na política internacional, e os EUA buscaram fazer condenações públicas direcionadas ao regime do apartheid. Prevaleceram a questão estratégica e econômica.

Quanto à parceria estratégica, a África do Sul disponibilizou portos, espaço aéreo e minérios para as forças americanas em troca de equipamento militar, treinamento e investimentos

no setor de mineração. A África do Sul foi aliada dos americanos na Guerra da Coreia e buscou então ser membro da OTAN, mas não conseguiu. O governo de Eisenhower, em particular, gerou grande avanço para o programa nuclear sul-africano em troca de urânio bruto para os EUA. Na economia, investimentos diretos americanos na África do Sul dobraram durante a década de 50, e o número de empresas subiu de 118 para 160 (THOMSON, 2008).

O massacre de Sharpeville em 1960 foi um episódio marcante na história sul-africana, representando a forte repressão do regime aos seus opositores. Nele, dezenas de protestantes negros foram mortos e centenas ficaram feridos. Foi o ponto de inflexão que solidificou a retórica americana contra o regime, apesar de ainda não terem acontecido grandes mudanças nas parcerias práticas entre os governos. O episódio trouxe o apartheid para a atenção mundial, o que gerou mais críticas ao país, que reforçou ainda mais suas políticas de segregação, com o início da política de bantustões, que determinava onde cada cidadão negro deveria morar, em regiões pequenas espalhadas pelo território nacional, que no futuro seriam “independentes” e determinariam seu próprio desenvolvimento. Também foram banidos os movimentos de oposição ao apartheid (ROSS, 1999; THOMSON, 2008; BRAGA, 2010).

Num segundo período entre 1961 e 1963, Kennedy teve uma forte retórica antiapartheid e implementou um embargo de armas em 1963, mas não mais que isso em nível de mudanças no âmbito estratégico. Os americanos também ofereceram simpatia para a oposição negra e promoveram eventos sem separação racial em embaixadas sul-africanas nos EUA, o que seria ilegal na África do Sul. O embargo de armas foi a maior medida econômica realizada pelos EUA durante o apartheid. A princípio, os EUA não desejavam implementar este embargo. Contudo, esta questão uniu-se à pauta da ONU de sancionar Portugal, devido a suas ações nas colônias africanas. Como Portugal era um aliado estratégico mais valioso para os EUA (era membro da OTAN e dava acesso a Açores para os americanos), a política externa estadunidense optou por declarar embargo de armas a África do Sul, para dividir a questão na votação da ONU. O embargo tinha caráter facultativo, e não impediu a África do Sul de adquirir qualquer material essencial para sua defesa. Portanto, percebe-se que o objetivo principal não era realmente impedir o acesso bélico no país, mas sim proteger um aliado europeu, agradar a opinião pública e parar o fornecimento de armamentos de opressão interna da população sul-africana (THOMSON, 2008).

O governo Kennedy se opôs a mais sanções, utilizando o argumento de que a negociação era a melhor maneira de acabar com o apartheid, e somente aproximando-se da África do Sul

seria possível influenciá-la. Um embargo econômico somente afetaria a população mais pobre, justamente a que mais sofre com o regime. Contudo, Kennedy também não adotou nenhuma política de incentivo ao investimento na África do Sul. Ainda neste período foi renovado o acordo nuclear e a parceria de uso de estações de controle aéreo para mísseis. Em conclusão, o governo Kennedy buscava o melhor dos dois mundos, marcado por muita ponderação nas tomadas de decisão, tendendo de maneira geral a priorizar os interesses estratégicos.

Durante o governo de Lyndon B. Johnson entre 1963 e 1969 houve uma importante mudança na política doméstica americana, com a melhoria dos direitos civis e legalização do voto para a população negra. Esta modificação teve impacto direto na política externa dos Estados Unidos, tanto na retórica quanto na prática (THOMSON, 2008).

No seu discurso na Organização da Unidade Africana em 1966, Johnson disse:

A política externa dos Estados Unidos é enraizada na sua vida em casa. Nós não permitiremos restrições aos Direitos Humanos no nosso país. E nós não apoiaremos políticas no exterior que são baseadas no controle de uma minoria ou a noção descreditada que homens são desiguais perante a lei. Não viveremos com um duplo padrão – professando no exterior o que não praticamos domesticamente, ou venerando em casa o que ignoramos externamente.⁴

Na prática, o governo emitiu um memorando de segurança nacional - NSAM 295 -, reiterando os princípios de liberdade e igualdade da sua política, e assumindo o compromisso de atuar mais fortemente contra o apartheid. Johnson aumentou o embargo de armamentos para a África do Sul a qualquer armamento, não somente os relacionados a controle populacional. Submarinos, aviação anti-naval, entre outros armamentos considerados estratégicos para o controle sul-africano (e, conseqüentemente, anticomunista) na região, não foram vendidos para o governo bôer, como havia sido prometido por Kennedy. Este foi o primeiro governo a abrir mão de diversas ações com interesses estratégicos em favor de sua política de direitos humanos. Contudo, em algumas áreas como energia nuclear e aviação civil ainda houve cooperação entre os governos. Quanto a questões econômicas, os EUA mantiveram sua política de não incentivar nem sancionar investimentos na África do Sul, e usaram o argumento de que dessa maneira era

⁴ Do original: “The foreign policy of the United States is rooted in its life at home. We will not permit human rights to be restricted in our own country. And we will not support policies abroad which are based on the rule of minorities or the discredited notion that men are unequal before the law. We will not live by a double standard—professing abroad what we do not practice at home, or venerating at home what we ignore abroad.” – Tradução própria.

mais fácil influenciar o regime. De 1960 a 1969, as exportações americanas para a África do Sul cresceram de US\$288 milhões para US\$563 milhões (THOMSON, 2008).

A diplomacia americana estava fortemente contra o apartheid, e contava com a decisão da Corte Internacional de Justiça para exigir o fim do mandato da África do Sul sobre a Namíbia, mas foi surpreendido quando a CIJ deliberou a favor da África do Sul. Isto levou os EUA a aprovarem uma resolução na ONU que reprovava o domínio sul-africano na Namíbia e reforçava a exigência dessa retirada (THOMSON, 2008).

No próximo período, compreendido entre 1969 e 1977, transcorreram os governos de Nixon e Ford. A diplomacia americana, apesar de possuir um plano para implementação de sanções, fruto do Memorando de Segurança Nacional 39, perdeu força na defesa dos direitos humanos, deixando-os em segundo plano em favor dos interesses estratégicos.

O apartheid estava em seu auge, implementando seu projeto estatal de segregação racial e diminuição dos direitos para negros, bem como oprimindo com sucesso qualquer movimento de oposição. Contudo, o movimento antiapartheid crescia nos Estados Unidos. Após décadas de mobilização civil, as organizações pressionaram o congresso nacional, que começou a debater as questões relativas às políticas americanas para a África do Sul, apesar de não surtirem mudanças legislativas neste primeiro momento (THOMSON, 2008).

O Memorando de Segurança Nacional 39 foi enviado por Henry Kissinger em 1969 a órgãos do governo e buscava alternativas para os interesses americanos na África do Sul. Determinava que diversas agências governamentais deveriam chegar a soluções que diminuíssem a dependência americana dos recursos sul-africanos, o que poderia dar mais espaço para o governo americano mitigar o apartheid. Os americanos desejavam melhorar a situação racial na África do Sul sem abrir mão de seus interesses e sem possibilitar aumento da influência comunista no país (THOMSON, 2008). As alternativas apresentadas iam desde afastamento total entre os governos (e da região como um todo) até considerar somente os interesses estratégicos e econômicos dos EUA, desconsiderando a política interna da África do Sul.

O plano escolhido tentava promover a mudança sem violência e manter os interesses americanos intactos ao diminuir os embargos à África do Sul. Entretanto, não houve uma implementação deste plano de maneira fidedigna ao planejado. Apesar de manterem sua retórica firme contra o apartheid e o domínio sul-africano da Namíbia, inclusive apoiando ONGs dentro

destas causas e não apoiando empresas americanas na Namíbia, os EUA não foram a favor de sanções econômicas ou punições para a África do Sul.

Na intenção de aproximar-se da África do Sul para ter mais possibilidade de barganha, americanos voltaram a vender algumas armas e equipamentos estratégicos para o país e seguiram em parceria no campo da energia nuclear. No âmbito comercial, os EUA voltaram a auxiliar empresas americanas na África do Sul, garantindo seus empréstimos, o que fez importações, exportações e investimento direto aumentarem fortemente (THOMSON, 2008).

A estratégia implementada entre 1969 e 1977 não surtiu efeitos nas políticas do apartheid, nem significou uma melhora no diálogo entre o governo bôer e a população negra. O problema foi a falta de comunicação entre os EUA e os grupos políticos na África do Sul, não deixando claro as intenções americanas e as vantagens que todos poderiam ganhar com o diálogo. Além disso, outros países como a URSS e o Vietnã tiveram prioridade para a diplomacia americana (THOMSON, 2008).

O próximo presidente americano foi Jimmy Carter, que governou de 1977 a 1981 e foi o presidente dos EUA que mais confrontou o regime do apartheid. Nos anos anteriores ao seu mandato ocorreram alguns eventos que causaram uma mudança conjuntural na região da África Austral. As independências de Angola e Moçambique, os conflitos na Namíbia e Rodésia e a revolta de Soweto abalaram a ideia de *status quo* na região e demandavam atenção dos americanos.

Carter planejava ser mais duro com o regime, chegando a dar um ultimato ao governo africâner: os EUA seriam favoráveis a sanções obrigatórias à África do Sul caso o regime não avançasse as negociações com a Rodésia e a Namíbia, bem como promovesse reformas no sistema do apartheid. A África do Sul mostrou-se disposta a avançar as negociações na Rodésia e desocupar a Namíbia, mas não se dispôs a mitigar o apartheid, alegadamente por tratar-se de assunto de ingerência interna.

Este novo entendimento americano da importância das questões de direitos humanos nas relações com a África do Sul veio do pensamento de que, ao aliar-se a qualquer governo que fosse anticomunista, caso este não respeitasse os Direitos Humanos, poderia fortalecer o apoio aos próprios comunistas. Isso levou à diminuição da importância de outros fatores como recursos minerais e localização estratégica, em relação a questão humanitária que foi promovida a fator estratégico (THOMSON, 2008).

Em 1977, Pretória recusou-se a diminuir o apartheid e os EUA colocaram em vigor seu maior embargo até então, proibindo a venda de qualquer armamento ou material que pudesse vir a ser utilizado pelas forças sul-africanas. Foi nesta mesma época que os EUA descobrem que a África do Sul estaria em busca de armas nucleares, o que não estava nos interesses americanos (THOMSON, 2008). Isto fez com que sua cooperação em energia nuclear fosse interrompida. Entretanto, mesmo com um posicionamento mais duro em relação ao apartheid e sem cooperação nuclear, os EUA não impuseram um afastamento econômico ao país africano, o que resultou em pouca mudança prática do regime.

Entre 1981 e 1984, o então presidente dos EUA, Ronald Reagan, criou uma nova abordagem para lidar com o regime do apartheid, o chamado “Engajamento Construtivo”. Ele pretendia ter uma abordagem realista como no Memorando 39, mas com uma forte preocupação quanto aos direitos humanos como no governo Carter. Retornam para os discursos oficiais argumentos sobre a importância da África do Sul e o embargo total às forças sul-africanas é quebrado, podendo-se vender medicamentos, comidas, roupas, material de escritório entre outros bens para os sul-africanos. A intenção era tentar novamente convencer o governo sul-africano a reformar o regime através de incentivos.

Urânio volta a ser negociado entre EUA e África do Sul e os EUA tornam a proteger a África do Sul de sanções na ONU. Por outro lado, os EUA apoiam programas de empoderamento negro na África do Sul, contribuindo com 98,5 milhões de dólares em sete anos (1982-1988) (THOMSON, 2008). Os interesses econômicos seguiram intocados pela política externa americana, mas cada vez mais empresas americanas se comprometiam a melhorar a qualidade de vida de seus trabalhadores e investiam nas comunidades sul-africanas. É importante notar que estava no escopo da estratégia dos EUA para a África retirar as tropas cubanas que estavam em Angola (THOMSON, 2008).

Os efeitos do plano de Reagan foram fracos, com os incentivos para cooperação dos bôeres não surtindo grande efeito. No seu segundo mandato, Reagan então resolveu reformular sua abordagem para a questão do apartheid, mantendo as premissas de não isolar a economia e de promover a reforma do apartheid de cima para baixo (THOMSON, 2008).

Nessa época também ocorreu um crescimento na violência e repressão estatal aos novos protestos da população negra, contra aumento de alugueis e impostos. O movimento civil antiapartheid ganhou força, dando início a um processo de desinvestimento das grandes

companhias americanas na África do Sul. O investimento direto caiu a menos da metade após cinco anos (THOMSON, 2008).

Reagan então emitiu uma ordem executiva de sanções econômicas limitadas. Este foi um momento de mudança na política externa dos EUA que fica mais dura contra o apartheid, com sanções econômicas e desinvestimento privado, apesar do presidente se opor a um boicote generalizado. Isso mostrou como, a partir da nova onda de repressão estatal sul-africana, mais atores internos dos EUA tornaram-se engajados com a política externa para a África do Sul, gerando impacto real e significativo.

O governo sul-africano realizou algumas reformas no apartheid, legalizando casamentos e relações inter-raciais, suspendendo remoções forçadas da população negra, dentre outras medidas que deixam o governo americano otimista, mas a pressão do Congresso e de movimentos antiapartheid segue, bem como a repressão estatal na África do Sul (THOMSON, 2008). Em 1986, o Congresso aprovou sanções econômicas mais amplas contra a África do Sul, pela primeira vez. Foi o momento em que os interesses estratégicos e econômicos não se sobrepuseram a questão dos Direitos Humanos.

A partir daí, o governo americano manteve as sanções, rejeitou um boicote total e desenvolveu contatos com as lideranças negras na África do Sul. Apesar disso, o movimento antiapartheid é novamente calado na África do Sul, diminuindo o movimento antiapartheid nos EUA por alguns anos (THOMSON, 2008).

Já no início da década de 1990, o novo governo sul-africano encontra-se em meio a fortes pressões econômicas e políticas, iniciando um processo que levaria ao fim do regime do apartheid. O CNA deixou de ser banido no país e Nelson Mandela foi solto, o que deu início às negociações para a democratização da África do Sul. As sanções, contudo, só seriam terminadas caso os presos políticos fossem soltos e as principais leis racistas fossem revogadas, dentre outras condições.

Em 1991 estas condições são cumpridas e terminam as amplas sanções econômicas. No período de transição para a democracia, os EUA se mantêm presentes e auxiliam as lideranças políticas locais nas campanhas e votações, garantindo a manutenção dos interesses americanos (THOMSON, 2008).

2.3 Israel e o programa nuclear sul-africano

Israel também foi um país aliado ao regime do apartheid, devido aos interesses comuns entre os dois países. Os judeus sul-africanos são majoritariamente refugiados provenientes da Rússia e da Alemanha. Como foi perseguida nos seus países de origem, a comunidade judaica não quer ser perseguida novamente na África do Sul, e, portanto, não se opõe fortemente ao regime do apartheid, inclusive por vezes apoiando-o.

Nos anos 1960, a África do Sul queria diversificar seus fornecedores de armas, e usou seus contatos na França para tentar convencer Israel a vender armas para o regime. A França era forte aliada militar de Israel, mas a princípio os israelenses não se aproximam do apartheid, inclusive removendo seu embaixador da África do Sul em 1963. Entretanto, ambos os países possuem programas de energia nuclear e secretamente buscam armas nucleares. Sendo a África do Sul uma grande exportadora de urânio, os países celebram um acordo de venda de urânio para a usina nuclear israelense em 1965. Depois da Guerra dos Seis Dias em 1967, os países árabes inimigos de Israel se aproximam dos países africanos, dando apoio financeiro e petróleo para apoiarem resoluções na ONU contra Israel. Isso aproxima ainda mais Israel da África do Sul, diplomaticamente (POLAKOW-SURANSKI, 2010).

O apoio israelense ao regime inicia secretamente durante 1973, logo após a vitória de Israel na Guerra de Iom Kipur. Devido a interesses militares e econômicos em comum, bem como ambos possuírem o apoio estadunidense, mas estarem insatisfeitos com ele, os países se aproximaram (POLAKOW-SURANSKI, 2010). Esta foi parte de uma mudança drástica na política externa israelense, que antes se opunha fortemente ao regime sul-africano pela sua orientação idealista socialista. Em 1975, os dois países fizeram um contrato de venda de armas de Israel para África do Sul. A África do Sul entrava no auge de seu conflito com Angola, que tinha apoio dos cubanos, e Israel passa por uma fase de pouco apoio militar estadunidense.

A visita do primeiro-ministro sul-africano Balthazar Vorster a Israel em 1976, na qual conheceu o Yad vaShem (museu do holocausto) e prestou homenagem aos judeus assassinados durante a Segunda Guerra Mundial, foi controversa e desagradável aos judeus sul-africanos (POLAKOW-SURANSKI, 2010) devido ao passado de Vorster. Durante a Segunda Guerra Mundial, Vorster serviu como general na Ossewa Brandwag, uma organização militante africâner que apoiou os nazistas e inclusive planejou um golpe de estado na África do Sul (aliada aos

britânicos na época) para tornar o país um aliado do Eixo (POLAKOW-SURANSKI, 2010). Vorster também equiparou o Nacional-Cristianismo (ideologia da Ossewa Brandwag) com o Nazismo alemão e o Fascismo italiano.

Contudo, a motivação da proximidade entre os dois países era o desenvolvimento dos seus respectivos programas para construir e testarem armas nucleares. Os acordos militares se desenvolveram para cooperação científica e tecnológica entre os países. A parceria era extremamente secreta e ambos cuidavam para não serem expostos. Houve um caso, entretanto, que pode indicar os frutos dessa parceria, conhecido como incidente VELA. VELA era um satélite americano que captou um flash nas águas próximas da África do Sul, cuja origem não fora identificada. Após estudos e investigações, uma forte possibilidade é que teria sido um teste nuclear conjunto de Israel e África do Sul (POLAKOW-SURANSKI, 2010).

De 1973 até 1977, a aliança se manteve em segredo. Após a eleição de Menachen Begin ao poder em Israel, a aliança ficou mais explícita, pois a motivação de Begin não era somente econômica, mas também ideológica. Begin não concordava com o apartheid, mas se identificava com a questão da minoria governante pela própria sobrevivência. Em 1979 África do Sul é o maior cliente de armas israelenses. Após a Revolução Iraniana no mesmo ano, Israel viu necessidade de expandir seu arsenal e fez uma parceria com a África do Sul para testar mísseis de médio e longo alcance (POLAKOW-SURANSKI, 2010).

Com o fim do governo de Begin em Israel em 1983, Israel tornou a condenar publicamente o apartheid e a reatar laços diplomáticos perdidos com outros países africanos, mas não diminuiu seu comércio de armas com a África do Sul. Em 1987 Israel emite sanções diplomáticas e econômicas contra África do Sul, mas estas não afetam a venda de armamentos.

Logo no início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a conjuntura muda drasticamente. A África do Sul aproximou-se a passos largos da democratização e o regime do apartheid chegou ao fim. Israel rapidamente buscou modificar sua diplomacia, enviando diplomatas de esquerda que fizeram oposição ao apartheid durante todo o regime, mas não são hábeis para manterem-se como fortes aliados da África do Sul (POLAKOW-SURANSKI, 2010). A partir de então, o relacionamento nunca volta a ser como antes, e uma maior reaproximação entre os países ocorre somente após os acordos de Oslo em 2002.

2.4 África do Sul e a Alemanha Ocidental

A Alemanha Ocidental ganhou autonomia na política externa em 1955, e sua primeira prioridade foi impedir o reconhecimento da Alemanha Oriental, penalizando quem o fizesse, o que ficou conhecido como Doutrina Hallstein. A mensagem utilizada para aproximar-se da África e ganhar seu apoio foi a bandeira do anticolonialismo.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os dois países foram ágeis na normalização de suas relações econômicas. Desde então até 1970, o governo alemão não possuía grandes preocupações com o regime do apartheid, inclusive não repudiando a violência dos massacres de Sharpeville em 1960. A própria mídia na Alemanha Ocidental não trazia atenção para o que ocorria com a população negra sul-africana. Grupos de ativismo alemão que apoiavam os movimentos de independência africana não tinham apreço em particular com o apartheid na África do Sul (DEDERING, 2009). O movimento antiapartheid começaria na Alemanha Ocidental somente em 1974, ficando entre os últimos países ocidentais a apoiar o fim da segregação. Mesmo com toda campanha internacional contra o apartheid, a Alemanha Ocidental se recusava a afastar-se economicamente da África do Sul, sob o argumento de que manter relações econômicas não significava a aprovação política do regime (DEDERING, 2009).

A Alemanha Ocidental iniciou a política externa *Ostpolitik*, nos anos de 1960, o que causa incerteza para o governo sul-africano. Esta era uma política que buscava reaproximar a Alemanha Ocidental dos países do Leste Europeu, inclusive a Alemanha Oriental, e da URSS. A aproximação dos soviéticos poderia afetar o seu relacionamento com a África do Sul, mas ainda estava incerto qual seria seu efeito. Os diplomatas sul-africanos buscaram aproveitar essa política, que atraiu o centro diplomático europeu para a Alemanha Ocidental, aproximando-se ainda mais de Bonn a fim de quebrar o isolamento que a África do Sul sofria (DEDERING, 2009). Apesar da Alemanha Ocidental ser um forte aliado da África do Sul, esta estratégia não foi bem-sucedida. Ao se aproximar dos países soviéticos e ainda necessitar da proximidade com países do bloco ocidental, a Alemanha Ocidental foi forçada a adotar mais posicionamentos de represália ao regime do apartheid, o que fez timidamente (DEDERING, 2009).

2.5 África do Sul e o Reino Unido

As relações entre Reino Unido e África do Sul são distintas dos outros países analisados nesse capítulo devido à colonização inglesa na África do Sul, mais de um século antes da implementação do regime do apartheid. Entre 1806 e 1909, os territórios da África do Sul eram colônia do Reino Unido. Em 1909 ganharam certa autonomia e somente em 1926 adquiriram política externa independente (HORNSBY & BLACK, 2016). Mesmo após 1948, a África do Sul seguiu fazendo parte do Commonwealth, até 1961, quando é retirada devido ao massacre de Sharpeville.

Apesar deste afastamento político gradual, suas economias sempre se mantiveram próximas e os interesses econômicos britânicos na África do Sul foram grandes. Em 1985, a taxa de lucro média para investimentos britânicos era 21%, muito alta se comparada aos 7% na Inglaterra. Investimentos britânicos no país envolveram cerca de 12 bilhões de libras e 40% do petróleo importado na África do Sul foi fornecido por empresas inglesas como a British Petroleum (BRICKLEY, 1985). Este fornecimento de petróleo impediu que o bloqueio de vendas de petróleo imposto pelos soviéticos e países árabes afetasse a África do Sul (HORNSBY & BLACK, 2016).

O apoio tácito do Reino Unido também vinha da lógica bipolar da Guerra Fria. Os britânicos apoiavam o regime como forma de afastar o comunismo do continente africano. Assim, vendeu armas para a África do Sul nos anos 1960 e 1970 e também se opôs às sanções propostas pela ONU, alegando que afetariam os trabalhadores negros (HORNSBY & BLACK, 2016). Quando o Reino Unido aderiu aos boicotes, o fez com muita resistência, após muita pressão externa de países aliados e de movimentos antiapartheid internos (HORNSBY & BLACK, 2016).

O Reino Unido, em alguns momentos, tomou atitudes contra o regime do apartheid. Nos anos 1960, o primeiro-ministro britânico criticou o regime do apartheid publicamente, mas continuou a fazer acordos comerciais com a África do Sul. Em 1964 o governo britânico anunciou um embargo de armas contra a África do Sul. Em 1970 a ONU emitiu mais uma resolução clamando pelo embargo de armas contra o regime, mas EUA, França e Reino Unido não participaram (MARGARITIS, 2012). O Reino Unido também não contribuiu no auxílio

financeiro dado pelos países europeus para o CNA, mas aderiu ao código de conduta que clamava por melhorias no sistema do apartheid.

Somente nos anos 80 que a CEE logrou uma medida unificada contra o apartheid. Esta demora deveu-se principalmente à resistência do Reino Unido. As novas medidas incluíam auxílio financeiro às vítimas do apartheid e embargos diplomáticos e econômicos limitados (MARGARITIS, 2012).

3 LUTA ANTIAPARTHEID E BOICOTE INTERNACIONAL

Simultaneamente ao desenvolvimento e manutenção do regime do apartheid, ocorreu uma forte resistência e oposição ao mesmo. Esta luta desenrolou-se em diversos níveis do Sistema Internacional, travada por diversos atores como ONGs, Estados e Organizações Internacionais.

Este capítulo tratará desta luta, as origens e ações dos grupos internos antiapartheid na África do Sul e seu apoio internacional, bem como o papel da ONU e do movimento internacional antiapartheid. Serão analisados em separado alguns Estados que foram centrais na luta contra o apartheid: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Índia e os Países da Linha da Frente.

3.1 Movimentos sul-africanos na luta antiapartheid

O Congresso Nacional Africano (CNA), criado em 1912 e liderado por, entre outros, Nelson Mandela e Oliver Tambo, foi a instituição líder da oposição ao regime, principalmente através da desobediência civil. Os criadores desta organização eram egressos de escolas cristãs, que possuíam apoio financeiro dos missionários europeus. Alguns destes egressos possuíam educação em instituições americanas e europeias (PEREIRA, 2012). O programa inicial do CNA era estabelecer uma África do Sul conciliada entre seus habitantes, celebrando sua multietnicidade. Nos seus primeiros anos de existência, a liderança do CNA teve como entendimento político a possibilidade de atingir seus objetivos através do diálogo com os bôeres, expondo a injustiça racial sistêmica vigente e convencendo os britânicos liberais a aceitarem a participação de negros nas questões políticas. Em 1920 ocorreu uma greve de 40 mil mineiros negros, colocando à prova a percepção inicial do CNA. Durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreram mais de 300 greves na África do Sul, envolvendo mais de 100 mil trabalhadores, brancos e negros.

Durante a década de 1940, o CNA adotou uma nova estratégia, a de resistência não violenta contra as leis de cunho racial segregacionista, inspirados por Mahatma Gandhi e seu ativismo na Índia. Em 1943 o CNA cita em seu documento oficial a Carta do Atlântico, uma declaração entre Reino Unido e Estados Unidos considerado o primeiro documento antecessor à formulação das Nações Unidas. Neste documento oficial o CNA clamou pela abolição das

legislações discriminatórias e pela necessidade de sufrágio universal no país (SAMPSON, 1998). Contudo, aquela foi uma década de fortalecimento do apartheid (como já foi visto, seu estabelecimento oficial fora em 1948), com a promulgação das leis de categorização racial da população e divisão do território nacional entre as raças (BRAGA, 2010). Isso gerou protestos pacíficos por parte de seus opositores (CNA e aliados). Esta estratégia não trouxe muitas mudanças no sistema, levando o CNA a revisar suas posições e a publicar a Carta da Liberdade em 1955, que ampliou a frente contra o racismo, incluindo movimentos indianos, mulatos, liberais e socialistas. A Carta denunciava de forma radical o apartheid, defendendo seu término e a redistribuição das riquezas, bem como a igualdade de direitos e a estatização dos minérios, bancos e indústrias. Seu teor levou a uma acusação feita pelo governo, de que o CNA e seus membros seriam comunistas. Cento e cinquenta e seis líderes negros foram presos.

Em 1958 foi criado o Congresso Pan-Africano (CPA), movimento liderado por dissidentes do CNA, que discordavam da política multirracial, inspirados pela independência de Gana. “Em 1960, o massacre de Sharpeville gerou protestos internacionais e colocou na ilegalidade o CNA. Seu líder, Nelson Mandela, foi preso e condenado à prisão perpétua” (VISENTINI, 2011). Na situação de clandestinidade o CNA criou seu braço armado Umkhonto We Sizwe, ou MK, no ano de 1961. Um aliado do CNA era o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), banido do país em 1950, que colocou a resistência em contato com a União Soviética e obteve o apoio dos países soviéticos.

Com a forte opressão dos movimentos antiapartheid em 1960, a década seguinte foi uma “década perdida”, com poucas greves ou conscientização da população negra, e diminuição sistemática de direitos da população negra. Nos anos 1970 iniciou a política dos bantustões, dividindo a população negra em pequenas regiões relativamente autônomas politicamente, mas insustentáveis economicamente. Países como EUA, Reino Unido e Alemanha Ocidental reconheciam os líderes (ministros-chefe) dos bantustões e os convidavam para visitas, legitimando a política de separação. Como o governo queria que essa política desse certo, os ministros-chefe tinham vantagens nas negociações por recursos, apesar dos territórios serem praticamente inviáveis economicamente porque as áreas eram descontínuas, sem recursos minerais, desprovidas de infraestrutura e indústria. As preocupações e exigências dos líderes em suas negociações eram expandir território, conseguir apoio econômico e melhores condições de trabalho para os negros urbanos. Apesar da vontade do governo de, em última instância, remover

todos os negros das cidades e realocá-los nos bantustões, a indústria do país era dependente deste contingente de mão-de-obra, com o governo tendo que deixar parte da população negra próxima das fábricas (HIRSCHMANN, 1973).

Esta política gerou diversas ações internacionais contra a África do Sul, como sanções na Assembleia Geral da ONU, ataques diplomáticos de países africanos, expulsão e ameaças de expulsão de órgãos internacionais, ações legais na Corte Internacional de Justiça, críticas amigáveis de países aliados, embargo militar, isolamento nos esportes e pressão civil nas empresas para desinvestirem no país (HIRSCHMANN, 1973). Contudo, mais leis raciais foram implementadas, na tentativa de marginalizar ainda mais a população negra da sociedade, mas “no ano de 1984, uma revolta popular contra o regime do apartheid levou o governo a decretar lei marcial e a ONU impôs sanções ao país” (VISENTINI, 2011). Alguns anos depois, com o fim da Guerra Fria, iniciou o processo de transição para a democracia e o fim do sistema de separação racial. “A transição à democracia foi pactuada porque, se de um lado o regime racista do apartheid se encontrava enfraquecido ao final da Guerra Fria, o movimento de oposição liderado pelo CNA também, devido à radical transformação da ordem internacional” (VISENTINI, 2010). O CNA foi fortemente apoiado (financeiramente e militarmente) pelos soviéticos, apesar da pequena chance de vitória dos opositores, à época (HOBSBAWN, 1995).

3.2 Apoio soviético ao movimento anti-apartheid

Como visto anteriormente, o CNA era a maior organização sul-africana que fazia oposição ao regime do apartheid. Suas atividades eram apoiadas por países e organizações simpáticos a sua causa, apoio ainda mais necessário após a ilegalização do movimento e clandestinidade das suas atividades. A União Soviética apresentou-se como forte aliado na luta contra o apartheid, fornecendo apoio financeiro e militar para a resistência, notavelmente o PCSA, o CNA e o MK.

Os primeiros contatos do CNA com os soviéticos haviam ocorrido em 1927, numa visita de Josiah Gumede (então presidente do CNA) à URSS. Em 1942 abriu-se dois consulados soviéticos na África do Sul (Pretória e Cidade do Cabo), mas estes foram encerrados em 1956, seis anos após o fechamento do Partido Comunista Sul-Africano (SHUBIN, 2008). O relacionamento bilateral voltou logo após o massacre de Sharpeville, quando o CNA também foi

banido, iniciando com membros do PCSA. O diálogo entre os Partidos Comunistas da União Soviética e África do Sul resultou num auxílio de US\$30.000 para a resistência clandestina no país (PCSA, CNA e MK), que aumentou para US\$50.000 em 1961 e US\$112.445 em 1962 (SHUBIN, 2008).

Dado o crescente uso de violência na repressão dos movimentos antiapartheid, líderes do PCSA (incluindo Moses Kotane, que também era líder do CNA) foram para Moscou pedir auxílio no treinamento militar de seus membros, pois estavam por iniciar novas frentes de resistência, como sabotagem nas comunicações do governo. Os soviéticos apoiaram a luta armada, mas colocaram como foco a necessidade de seguir a luta política. Arthur Goldreich e Vella Pillay (representantes do PCSA) visitaram Moscou no começo de 1963, para debater e planejar os primeiros ciclos de treinamento da resistência. (SHUBIN, 2008)

A União Soviética desejava realizar comunicação direta com CNA, o que de início não foi recíproco com o CNA, que mantinha uma posição neutra internacionalmente para conseguir apoio político e financeiro tanto do Ocidente quanto do Oriente. Contudo, em 1962, Nelson Mandela percebeu que o pedido direto de recursos para a União Soviética seria necessário pois o apoio financeiro ocidental não estava nem próximo do suficiente, menos de um décimo do necessário. Mandela escreveu em seu relatório após viajar a África e o Ocidente em busca de fundos: “Coletar fundos é uma tarefa que demanda muito tempo. Deve-se estar preparado para esperar. Uma visita a países socialistas tornou-se imperativa.”⁵ (STRYDOM, 1965, p.108 apud SHUBIN, 2008, p.242).

Em pouco tempo a aliança com os soviéticos se comprovou frutífera. Em visita à União Soviética em 1963, Oliver Tambo e Moses Kotane explicaram suas necessidades para o secretário do PCUS Boris Ponomarev, requisitando o auxílio financeiro de 250 mil libras. Ao final do mesmo ano receberam quase metade desta quantia diretamente do PCUS. Esta aproximação aos soviéticos trouxe como consequência um afastamento dos chineses em relação ao CNA, devido a crescente disputa sino-soviética (SHUBIN, 2008).

Outra questão levantada por Tambo nesta visita fora o treinamento de guerrilha da resistência, que se tornava cada vez mais difícil. As fronteiras estavam fortemente controladas, tornando o treinamento doméstico pequeno, e países africanos vizinhos não apresentavam

⁵ Do original: “Money collecting is a job which requires a lot of time. You must be prepared to wait. A visit to socialist countries has become imperative”. Tradução própria.

condições para hospedarem treinamentos de grandes contingentes. Este problema foi solucionado com a disponibilização do centro de treinamentos em Odessa, que foi adaptado para treinamento de guerrilhas, e a criação de outro centro de treinamentos na Crimeia. Nos vinte anos seguintes estes seriam os principais centros para treinamento da MK na União Soviética. O CNA então iniciou o treinamento de forças armadas regulares como exército, marinha e aeronáutica, ao anteciparem mudanças políticas no seu país. Estes treinamentos foram realizados por todo o território da União Soviética (SHUBIN, 2008).

A União Soviética também participava na transferência de armamentos para a resistência na África do Sul, realizando o transporte com auxílio de países africanos com boas relações com os soviéticos, como Moçambique e Angola. O retorno dos guerrilheiros à África do Sul, após seu treinamento na URSS, seguido encontrava obstáculos, principalmente nos países africanos, por vezes tendo de retornar para a União Soviética.

A independência de Moçambique e de Angola em 1974, e a revolta de Soweto em 1976, foram marcos importantes que mudaram a região, tornando-a mais próxima dos interesses do CNA. Com esta conjuntura regional, o CNA percebeu um aumento de jovens interessados em participar da resistência ao regime, o que levou a um desafio para o CNA, pois necessitava aumentar sua operação. Novamente, a URSS auxiliou com maior apoio logístico, mantimentos, treinamento militar e educação superior. Enquanto a diplomacia ocidental era cordial com os movimentos de libertação, mas emitiam nenhum ou pouco apoio prático, calcula-se que a União Soviética concedeu o equivalente a 36 milhões de rublos em armamentos para o CNA entre 1963 e 1990, desde milhares de AK-47 até lançadores de mísseis anti-aéreos (SHUBIN, 2008).

No final da década de 1970 ocorreu uma mudança nas relações entre a resistência e a URSS, com a formação de um grande centro de treinamento em Angola em 1978. Moscou enviou especialistas de diversas áreas, armas e munições e, em 1982, o MK estava preparado para conduzir grandes operações. Todo este auxílio não passou despercebido pelo serviço de inteligência e governo da África do Sul. Em 1984, Daniel Barnard, chefe do Serviço Nacional de Inteligência na África do Sul, pediu para encontrar-se secretamente com oficiais soviéticos. Ele propôs que a URSS diminuísse seu apoio a forças agressivas na África austral e iniciasse uma política de apoio à paz e ao diálogo, particularmente na Namíbia. Em troca, a África do Sul ofereceria cooperação em diversas áreas, principalmente em relação aos recursos minerais sul-africanos. Moscou não considerou o acordo vantajoso e não levou-o adiante. Contudo, isto

demonstra como o governo sul-africano estava sendo afetado pelas políticas soviéticas na região (SHUBIN, 2008).

Por outro lado, os anos seguintes de 1986 até 1988, que foram o princípio do período da Perestroika na União Soviética, ocorreu o auge das relações entre CNA e URSS. Após uma reunião entre Oliver Tambo e Gorbachev, foi emitida uma nota conjunta indicando as três condições para a paz na região africana: fim da agressividade do governo sul-africano para outros países africanos, independência da Namíbia de acordo com as resoluções da ONU e fim do regime do apartheid na África do Sul. A União Soviética reitera seu apoio ao CNA e determina a abertura de uma missão diplomática do mesmo em seu país.

Nos anos finais da década de 1980 e começo dos anos 90 a relação entre a URSS e as organizações antiapartheid sul-africanas se distanciou, com o início da normalização diplomática entre a URSS e o governo do apartheid. Com a queda da União Soviética, o novo governo russo muda totalmente de posição, afastando-se do CNA. Contudo, após a democratização da África do Sul e o fim da URSS, a Rússia volta a se aproximar do país sul-africano (SHUBIN, 2008).

3.3 Índia e as sanções ao apartheid na ONU

A Índia também foi um país importante na história da África do Sul e na luta contra o apartheid, principalmente na esfera das organizações internacionais, especificamente em relação às sanções e resoluções emitidas pela Organização das Nações Unidas. Os dois países tiveram a colonização britânica como marco comum nas suas histórias. Esta proximidade levou muitos indianos a imigrarem para a África do Sul, mas a grande quantidade de indianos que viviam lá sofriam com as políticas racistas do apartheid devido a sua cor de pele. As leis racistas contra indianos levaram a Índia a romper relações e levar a matéria para ONU, após tentativas frustradas de negociação (CARTER, 1955).

A imigração indiana ocorreu entre 1860 e 1911. Os imigrantes, incentivados pela demanda branca de mão-de-obra segura, se deslocaram em massa para a África do Sul. No final de seus contratos, muitos indianos ficaram, o que incomodou o proletariado branco, que os via como concorrência. Os indianos, pelo seu tom de pele mais escuro, também são submetidos às estruturas sociais racistas criadas pelos bôeres. Em 1885, indianos têm cidadania negada e direito

a moradia e comércio limitados por lei. Em 1896, mais leis raciais são impostas sobre a população indiana, retirando todos os seus direitos políticos (CARTER, 1955; JUDD, 1996).

Após anos de opressão, comunidades indianas, inspiradas por Gandhi, resistiam pacificamente. Em 1906 Gandhi foi à África do Sul para se unir à luta de seus conterrâneos (JUDD, 1996). Isto os leva a conseguir concessões, como o acordo Smuts-Gandhi em 1914, mas não fora o suficiente. O acordo retirava alguns impostos da comunidade indiana, reconhecia os casamentos celebrados na Índia e dava mais autonomia de locomoção aos indianos (JUDD, 1996). Em 1926, contudo, aumentam as restrições. Em 1955 haviam 385.000 indianos numa população de 13 milhões de sul-africanos. A maioria deles estava na província de Natal (CARTER, 1955).

Este profundo conflito leva a Índia a levar esta questão à maior organização internacional da época, a Organização das Nações Unidas, na primeira oportunidade. Já em 1946, a Índia introduz a primeira resolução na Assembleia Geral da ONU, condenando o regime do apartheid na África do Sul pelo seu tratamento da população indiana em seu território. A partir de então, a ONU somente aumenta o número de resoluções condenando o regime do apartheid. Com o passar dos anos, e com cada vez mais países independentes se incorporando à ONU, a África do Sul só coleta mais opositores ao seu regime, de maneira geral. Contudo, países com poder de veto no Conselho de Segurança como Estados Unidos e Reino Unido exercem sua influência para proteger a África do Sul de sanções.

Nos anos de 1960 a ONU emite quatro grandes resoluções contra a África do Sul, usando uma linguagem mais condenatória que nas resoluções anteriores: resolução 134, aprovada pelo Conselho de Segurança, condenando a atuação da polícia sul-africana nos protestos de Sharpeville; resolução 1761 de 1962 condenando o apartheid; resolução 181, também aprovada no Conselho de Segurança em 1963, clamando aos seus membros por um embargo de armas a África do Sul, de adesão voluntária; e a resolução 2369 de 1968, requisitando amplo boicote acadêmico, econômico e cultural dos países membros a África do Sul. Em 1970 o embargo é reforçado pela ONU com a aprovação da resolução 232, mas países como EUA, Reino Unido e França não tomam parte desta resolução (MARGARITIS, 2012; BRAGA, 2010).

A ONU então emite resoluções mais severas ao longo dos anos 1970. Dentre estas se encontram as resoluções 31/6K em 1976, 418 em 1977 e 33/183 em 1979. A resolução 31/6K pressionava os membros da ONU a diminuírem seus investimentos na África do Sul. A resolução

418 foi uma resposta direta à forte repressão às revoltas populares no país, e revisava a resolução 232, tornando o embargo de armas e petróleo mandatário (MARGARITIS, 2012). A resolução 33/183 incluía a proposta de interromper os empréstimos financeiros feitos à África do Sul. Além das resoluções, a ONU deu apoio para uma convenção de direito internacional que preparou um tratado que ilegalizava o apartheid nos países signatários. Na década de 1980 duas resoluções se destacam, a 566 e a 569, ambas de 1985. A primeira tornava diversas restrições às relações com a África do Sul vinculantes e a última introduzia novas sanções à África do Sul (MARGARITIS, 2012; BRAGA, 2010).

Além de emitir resoluções e sanções contra o apartheid, a ONU também organizou diversos eventos mundiais contra o apartheid, bem como estabeleceu um Centro contra o Apartheid em 1976. O primeiro Seminário Internacional sobre Apartheid organizado pela Divisão dos Direitos Humanos da ONU e o Comitê Especial Contra o Apartheid ocorreu em Brasília, em agosto de 1966. Ainda, a ONU promovia o fim do preconceito e divisão racial em suas instituições, sendo essencial para a propagação da igualdade racial.

A atuação antiapartheid na ONU, muitas vezes sem tomar atitudes práticas, foi essencial para o ativismo antiapartheid ao conferir legitimidade internacional ao movimento, reconhecer a gravidade do problema e gerar debate (BRAGA, 2010). Esta atuação pressionava a África do Sul, seus aliados e a opinião pública a tomarem uma atitude sobre a questão do apartheid. A ONU também foi responsável por estabelecer e administrar um fundo de doações voluntárias para vítimas do apartheid.

3.4 África do Sul e os Países da Linha da Frente⁶

Os Países da Linha da Frente foram um grupo de países da África Austral (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) que, recém independentes do controle colonial, se uniram em 1976 em oposição ao regime do apartheid e da ocupação sul-africana da Namíbia e em favor dos movimentos de libertação na África Austral (especificamente no Zimbábue, Namíbia e África do Sul). Em 1980 com a independência do Zimbábue, este país une-se ao grupo e à luta antiapartheid, anticolonial e antirracista, características do Pan-Africanismo.

⁶ Esta seção do trabalho é embasada principalmente no livro editado em 1983 pela Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente.

Os Estados da Linha da Frente se colocavam em oposição a tudo o que o regime do apartheid representava, nos âmbitos político, social e principalmente econômico. Os objetivos do grupo, para além da libertação nacional e fim do regime do apartheid, eram o desenvolvimento regional através da integração do bloco e atingir maior independência quanto às economias estrangeiras. Já em 1980 os Países da Linha da Frente começaram a trabalhar por estes objetivos, priorizando a integração de transportes e comunicações entre os países. A África do Sul, sob o regime do apartheid, era percebida como um obstáculo a este desenvolvimento, uma ameaça para a paz na região, além de um Estado agressor à sua população e aos seus vizinhos. De acordo com o grupo, o regime sul-africano sabotava a economia e o sistema político dos Estados vizinhos, principalmente em sua infraestrutura e instituições financeiras, o que afastava investimentos estrangeiros destes países.

O grupo possuía uma visão sobre a África do Sul que a caracterizava como um país imperialista regional, pela dominação da Namíbia, suas conexões com o capital americano e inglês e pela dominação de uma minoria sobre a maioria da população. Sua percepção era firme a respeito de que as alianças militares do regime e suas motivações econômicas para opressão da população negra desestabilizavam a região.

Os Países da Linha da Frente acordaram em reforçar sua defesa contra as agressões da África do Sul, aumentar a cooperação diplomática, econômica, militar e de informação na região, apoiar os movimentos de libertação na África do Sul e Namíbia e denunciar o apoio das potências ocidentais ao regime. Também, que deviam apoiar as resoluções da ONU contra o apartheid, levar este tema a todas as organizações internacionais possíveis e conferir o cumprimento das sanções.

Em 1987, o Reino Unido apoiou militarmente o grupo, oferecendo treinamento militar para o exército do Moçambique. O grupo também foi precursor da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (CCDAA), que desenvolveu a cooperação econômica e de segurança da região. A CCDAA tinha como objetivo diminuir os prejuízos causados pela desestabilização regional promovida pela África do Sul (BRAGA, 2010).

3.5 África do Sul e o movimento antiapartheid internacional

O movimento antiapartheid civil e governamental estava espalhado pelo mundo, sendo muito influente em diversos países e atingindo conquistas concretas e muito relevantes durante seus anos de militância. Vamos analisar neste tópico as principais ONGs antiapartheid, bem como governos que se uniram a este movimento, e suas ações de conscientização, boicote ao regime e luta por implementação de sanções.

Desde antes do início formal do apartheid em 1948, já havia um movimento internacional contra ele, encabeçado pela Índia, como descrito anteriormente neste capítulo. Contudo, era um movimento pouco articulado e não muito abrangente. Os boicotes internacionais aos produtos sul-africanos iniciaram em 1959, numa campanha promovida pelo CNA. Jamaica, Gana e as uniões de comércio da Finlândia, Dinamarca e Suécia aderiram à campanha (BRAGA, 2010).

Apesar de apoiar o regime a nível estatal, “a coalizão mais atuante e eficiente da rede de ativismo transnacional antiapartheid foi articulada pelas sociedade civil dos EUA” (BRAGA, 2010, p.132). Desde o início até o final do regime, ocorreram grandes movimentos civis nos EUA, cada vez mais ligados à luta contra o apartheid. O auge das realizações do movimento foi em 1986, quando o Congresso americano aprovou o pacote de sanções econômicas contra a África do Sul, superando inclusive um veto presidencial. Enquanto a política externa estadunidense favorecia o regime, várias organizações civis colocaram-se contra o apartheid, a começar pelo próprio movimento pelos direitos civis dos negros americanos.

O movimento de direitos civis passou por três grandes fases na luta antiapartheid. A primeira foram as ações legais lideradas pela Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (ANPPC) e pelo Conselho de Assuntos Africanos (CAA) na década de 1950. A CAA foi a primeira organização antiapartheid dos EUA, criada em 1941 e desenvolveu um lobby na ONU contra a África do Sul. O CAA foi perseguido nos EUA devido a seus posicionamentos, sendo extinta em 1955. Por ter uma atuação e pensamento liberais, o ANPPC não sofreu perseguições e continuou suas atividades.

A segunda fase foi durante a década de 1960, sob liderança notória de Martin Luther King e Malcolm X, ambos já em contato com as organizações sul-africanas de resistência. A visão de King e Malcolm X se diferenciava entre si principalmente na questão da luta armada pelos sul-africanos. Malcolm sendo favorável à resistência armada e King contrário ao uso de violência e

militando pelas sanções internacionais. Durante os anos 1960, a militância focava seus esforços em aumentar a conscientização da população americana sobre o apartheid e já realizava ações que a levou à sua última fase, de pressão direta à política externa estadunidense. O movimento pelos direitos civis nos EUA foi cada vez mais se unificando à luta antiapartheid e ao pan-africanismo, organizando eventos, campanhas e pressionando o governo a aplicar sanções ao regime e não cooperar com ele. Este trabalho deu frutos em 1963, quando o presidente Kennedy declarou embargo de armas ao regime. Os diversos grupos de direitos civis ganharam mais força ao longo dos anos e uniram-se em apoio à resistência sul-africana, com dinheiro e armas. Esta coalizão também gerou o grupo “Congressional Black Caucus” (CBC), responsável por pressionar o Congresso americano a sancionar a África do Sul (BRAGA, 2010).

Estudantes universitários americanos também foram importantes na luta antiapartheid, pressionando empresas americanas a retirarem seus investimentos da África do Sul e militando pelo boicote ao regime e às empresas que o apoiavam. Quanto mais os governos sul-africanos reprimiam a população negra, mais se fortalecia o movimento antiapartheid nos EUA. A empresa Polaroid foi a primeira a anunciar a sua retirada da África do Sul, em 1977 (BRAGA, 2010). Logo após, mais empresas se retiraram da África do Sul e outras anunciaram que iniciariam políticas de ajuda aos seus empregados.

Nos anos 1980, o movimento antiapartheid americano atingiu seu auge, sendo efetivamente um movimento de massas, organizando protestos e fazendo fortes pressões no Congresso. Seu auge de tamanho traduz-se em resultados práticos. Foi estabelecido o movimento “Free South African Movement”, coordenado pelo CBC, que organizou protestos diários em frente aos consulados sul-africanos, à embaixada sul-africana e às empresas que seguiam fazendo negócios com o regime do apartheid. A campanha teve grandes consequências: mais de 5000 pessoas foram presas em um ano de protestos, o líder africano e arcebispo anglicano Desmond Tutu encontrou-se com o presidente Reagan e em 1986 o Congresso americano aprovou a imposição de amplas sanções econômicas à África do Sul, a maior vitória do movimento antiapartheid americano (BRAGA, 2010). Estas sanções foram exemplares para outros países, que também as impuseram à África do Sul, como Japão e França.

O movimento antiapartheid no Reino Unido também foi importante para a luta contra o regime. Diferentemente ao movimento americano, os britânicos não foram tão bem-sucedidos em influenciar a política externa do país. Os laços históricos entre os dois países aproximavam os

governos e o processo decisório insulado da política externa afastava a participação popular. Contudo, o Reino Unido foi um centro de encontro de líderes do movimento antiapartheid exilados da África do Sul e uma plataforma para ativismo internacional contra o regime. A instituição britânica antiapartheid mais importante foi o Movimento Antiapartheid (MAA), que trabalhava junto ao CNA e às agências da ONU (BRAGA, 2010).

O MAA foi líder na organização da campanha mundial pela libertação de presos políticos na África do Sul. Esta campanha era contra o julgamento de Rivonia, no qual líderes do CNA eram acusados de terrorismo e traição, crimes cuja pena era a morte na África do Sul. Dentre os acusados estava Nelson Mandela. A campanha mobilizou pessoas no mundo todo, mas principalmente no Reino Unido e nos EUA, para pressionarem a absolvição dos julgados. Todos os meios de comunicação foram utilizados, entre eles um abaixo assinado com 197 mil assinaturas entregue à ONU. O resultado foi positivo, nenhum réu foi condenado à morte (BRAGA, 2010). Após esta vitória, o MAA seguiu em campanhas bem-sucedidas para remover a África do Sul das Olimpíadas, de outros eventos esportivos e de diversas universidades.

O ativismo antiapartheid no continente africano também foi importante na rede internacional. Ao contrário dos outros países citados anteriormente (Reino Unido e EUA), nestes países os governos foram mais relevantes que a sociedade geral na luta contra o regime (BRAGA, 2010). Em 1963, os países recém-independentes partidários de ideologia Pan-Africana formaram a Organização da Unidade Africana (OUA). A causa antiapartheid era central para a OUA, levando-os a apoiar sanções à África do Sul. A organização também desejou apoiar o CNA, mas sua arrecadação atingiu 5% da meta desejada de US\$80.000,00 (BRAGA, 2010). Todos os membros da OUA pressionaram os membros da ONU para adotarem sanções econômicas contra o regime e membros que participavam do Commonwealth fizeram o mesmo neste fórum. Este movimento ocorreu mesmo com a incerteza de quais seriam os impactos secundários nas suas próprias economias, dada a África do Sul ser a maior economia da região. A África do Sul buscou se aproximar diplomaticamente destes países com incentivos comerciais, mas tiveram suas iniciativas rejeitadas. Em contrapartida, o CCDA oferece ajuda aos estados da OUA, com objetivo de fortalecer ainda mais a cooperação entre países africanos Pan-Africanistas (BRAGA, 2010).

4 O FIM DO REGIME DO APARTHEID

Neste último capítulo do trabalho, será analisado o que levou o regime do apartheid ao seu fim, e quais foram os motivos que tornaram a continuidade do *status quo* insustentável. Ao serem apontados os motivos, estes serão conectados com os apontamentos feitos nos dois capítulos anteriores, a respeito das alianças e rivalidades internacionais em relação a África do Sul. Após, serão brevemente descritos o realinhamento e os primeiros passos tomados pelo novo governo sul-africano.

4.1 Crise política, econômica e estratégica

Olhando para os anos imediatamente anteriores ao fim do apartheid podemos perceber quais foram os motivos de sua queda. Porém, de acordo com Ross (1999), podemos analisar que o fim do regime iniciou em 1978, com a subida de P.W. Botha ao cargo de primeiro-ministro da África do Sul. Sua base de governo foi muito mais ligada ao exército e às forças armadas, quando comparado ao governo anterior de Vorster que estava aliado à polícia e às agências de segurança (ROSS, 1999).

Usando sua proximidade com Botha, general Magnus Malan começou a implementar seu programa “Estratégia Total”. Este programa tinha a intenção de acabar com a ameaça comunista que, pelo que dizia, era iminente. O plano tinha duas partes: i) contenção da ameaça em todo território nacional e também nos países vizinhos, com uso da força, apoiando grupos anticomunistas neste países, ocupando a Namíbia e atacando a Angola; ii) atingir consenso na legitimidade da luta contra comunismo com a população para garantir a segurança do país. Contudo, este plano trouxe problemas para o regime. O apoio a grupos fora do país não garantia o bom uso dos recursos repassados e a busca pelo consenso dificultava a implementação de qualquer reforma, inclusive para a própria manutenção do poder bôer (ROSS, 1999).

Para conseguir se manter, o regime teria de adaptar seu sistema econômico baseado na exploração intensiva de trabalho não qualificado ao sistema intensivo em capital do fim do século XX. Contudo, essa transição deixaria a África do Sul mais vulnerável às sanções impostas sobre ela, que já via seu crescimento estagnado pelas mesmas e os efeitos que causavam na economia. Outra adaptação era de cunho político. O regime precisava aumentar sua base política para

legitimá-lo, mas sem permitir que o controle saísse das mãos do Partido Nacional. A falta de legitimidade e de participação negra na política causou grande desgaste ao Estado com sanções, boicotes, perda de investimentos e rejeição internacional (ROSS, 1999).

Foram implementadas algumas reformas superficiais no começo dos anos de 1980, como uma nova constituição, em 1983, que tornou a África do Sul um governo presidencialista com legislativo tricameral, com uma câmara para cada raça (brancos, negros e hindus). Cada câmara só poderia legislar sobre assuntos referentes a sua respectiva raça. Em 1985 foram revogadas as leis que proibiam relacionamentos amorosos e casamentos entre pessoas de raças diferentes e, logo após, os partidos também puderam ser multirraciais (VISENTINI, 2010; PEREIRA, 2012).

Estas reformas tentaram simular uma sensação de mudança no país, sem mudar as estruturas de poder econômico e político que o sustentavam. Internamente, não houve adesão dos negros às novas reformas, que notaram a tentativa do governo de mudar a superfície para manter o sistema novamente. Ocorreram enfrentamentos entre a população e a força policial como em Sharpeville em 1960, começando um ciclo violento que duraria alguns anos (VISENTINI, 2010; PEREIRA, 2012). Em nível internacional, as reformas deram otimismo aos aliados sul-africanos, que clamaram pela diminuição de sanções como recompensa pelas reformas e estímulo para seguirem neste caminho. Contudo, com o retorno da opressão popular, a imagem externa do regime já volta a ser afetada.

Durante o regime do apartheid, a África do Sul desenvolveu sua economia a ponto de ser um dos países mais ricos do mundo, com abundantes recursos naturais. A partir da mineração de ouro, o país conseguiu criar uma indústria nacional que, forçada pelo isolamento econômico, precisou tornar-se o mais autossuficiente possível, o que a deixou no maior patamar da economia doméstica, mas sua produção era voltada para o consumo interno. Por maior que fosse sua indústria, a economia ainda precisava de capital estrangeiro para comprar bens de capital e este capital entrava com a exportação de bens primários. Este modelo não criou um desenvolvimento sustentado da economia, estagnando-a durante os anos 1970 (VISENTINI, 2010; PEREIRA, 2012).

Na década de 1980, contudo, o modelo levou a economia a uma forte crise. O preço do ouro baixou, diminuindo a quantidade de capitais entrantes e desvalorizando a moeda nacional, o Rand. Quando os bancos estrangeiros não rolaram a dívida sul-africana em 1985, a crise econômica foi exacerbada e o país teve de pedir moratória. Estes fatores contribuíram para uma

crise total no orçamento governamental, que sustentava o regime do apartheid, tornando-o insustentável (VISENTINI, 2010; PEREIRA, 2012).

O comércio exterior da África do Sul diminuiu com todos os seus maiores aliados (16% em 1986 com Reino Unido, 27% em 1986 com Alemanha Ocidental e 40% em 1987 com os EUA), fruto direto das sanções econômicas implementadas. O embargo de armas tornava muito custosa a manutenção de conflitos, que junto à mudança conjuntural mundial e regional, levou a guerra entre África do Sul e Angola ao fim, com derrota dos sul-africanos. Em 1988, o conflito iniciado pela invasão sul-africana a Angola em 1975 chega ao fim, com cessar-fogo e retirada das tropas sul-africanas da Angola. No Acordo de Nova Iorque também foi negociado a retirada do exército sul-africano da Namíbia, condição para a retirada das tropas cubanas de Angola (VISENTINI, 2010; PEREIRA, 2012).

Desgaste diplomático, crise econômica, derrota militar e perda de aliados internacionais foram determinantes para o fim do regime. Estes fatores estavam conectados diretamente aos acontecimentos da política internacional, como visto anteriormente.

A diplomacia da perestroika de Gorbachev, a queda do leste europeu e a retirada dos cubanos e cooperantes do bloco soviético da África Austral, em lugar de reforçar a posição do desgastado regime racista, representou um elemento de pressão internacional pela democratização do país. (VISENTINI, 2010, p.65).

A União Soviética e seus aliados foram totalmente contrários ao regime, mas o fim da Guerra Fria não representou uma vitória para este, pois terminou a necessidade dos países capitalistas sustentarem a todo custo seus aliados por receio da ameaça comunista.

O novo governo sul-africano, liderado por F. W. De Klerk, dá início ao processo derradeiro de fim do regime, em 1990. Declara a libertação de centenas de prisioneiros políticos e confere legalidade a todos os partidos de oposição, com muitos exilados retornando ao país. Também foram abolidas as leis que estabeleciam os bantustões, bem como várias outras leis racistas. Estas atitudes demonstraram que haveria mudança real no regime. Uma das intenções do governo era eliminar os embargos e sanções o mais rápido possível, mas a maioria dos países esperou até um pouco antes da eleição de Mandela para reatar relações com a África do Sul (VISENTINI, 2010; PEREIRA, 2012).

4.2 Primeiros passos de um novo regime

A histórica eleição de Nelson Mandela à presidência da África do Sul em 1994 colocou um ponto final no regime do apartheid. O desafio de Mandela começou com a necessidade de tirar o país da situação em que se encontrava: com altas taxas de desemprego, criminalidade e desigualdade de renda, a África do Sul também deveria redefinir seus aliados e sua política externa. Externamente, Mandela aproximou o país de fóruns regionais africanos, levantando a bandeira de integração regional. Também foram estabelecidas relações com a China e diversos outros países afastados pelo regime do apartheid (BRAGA, 2011; VISENTINI, 2010).

Na política econômica, por outro lado, não houve uma mudança tão grande. A princípio o CNA tivera vontade e planos para estruturar uma economia mais distributiva e nacionalista. Contudo, após ampla campanha do empresariado local e internacional, o CNA começou a modificar suas proposições econômicas. Como explica Ian Taylor (2016):

É vital evitar explicações reducionistas sobre a transição. A visão simplista é que o ANC chegou próximo da “realidade econômica” do neoliberalismo e discretamente abandonou suas pretensões socialistas em detrimento da ortodoxia em curso. No entanto, tal suposição concede muito mais coerência ideológica ao ANC do que jamais existiu durante seus longos anos de exílio, e também, o período de transição, no qual a organização passou por um estado de mudança contínua sobre uma série de questões, incluindo as questões de política econômica. Além disso, essa posição ignora o corpo residual da burguesia africanista aspirante dentro do ANC, que durante os anos de luta se sentiram desconfortáveis com a retórica socialista da organização. Para eles, o emburguesamento era uma verdadeira ambição. (TAYLOR, 2016, p.25)

As estruturas sociais foram drasticamente modificadas pelo novo regime, com sufrágio universal, liberdades pessoais e políticas afirmativas. A política externa africanista também indicou uma mudança em relação ao regime anterior. Entretanto, nas políticas econômicas, a agenda neoliberal foi ganhando espaço, ainda reproduzindo a desigualdade econômica vivenciada na época do apartheid.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica da Guerra Fria e a polarização entre Leste e Oeste foram razão para conflitos regionais pelo mundo. Contudo, eram necessárias as condições internas à região para que o conflito existisse em primeiro lugar. O regime do apartheid não foi fruto da lógica bipolar, mas sim de séculos de exploração e exercício de poder pelas minorias na África do Sul. Entretanto, o regime não teria sido o mesmo sem este cenário. A influência externa poderia controlar, até certo ponto, a intensidade do conflito, tornando-o mais longo, mais custoso, ou até mesmo facilitando as condições de sua resolução. A política externa americana foi um grande exemplo disso, pois as vantagens adquiridas pelos EUA eram destacadas pela rivalidade com a URSS e o entendimento de que era necessário manter um governo capitalista e aliado aos EUA.

Percebe-se a importância de três fatores para o término do regime do apartheid na África do Sul: i) a oposição interna ao governo e sua resistência ii) o apoio internacional ao movimento antiapartheid iii) as sanções internacionais contra o regime. Sem algum destes fatores, o regime do apartheid teria chances para manter-se por mais tempo no poder. Estas forças opositoras foram mais relevantes com o fim da Guerra Fria e a crise econômica presente na África do Sul.

As alianças externas do regime e os países que se opuseram a ele, eram, em muitos casos, determinadas por diversos fatores que não envolviam o julgamento moral do regime, sua ideologia racista ou as consequências que trazia para sua população. Isso pode ser aplicado ao processo decisório de alinhamento ou oposição a outro país, como analisado com os EUA, onde os direitos humanos na maior parte do tempo eram deixados de lado em razão de interesses materiais para seu país, mesmo passando por um processo de unificação racial internamente. Um dos maiores exemplos das incongruências causadas pela política internacional foi a visita de Vorster ao museu do holocausto em Israel. Neste nível político não havia espaço para fazer ressalvas sobre seu passado nazista, somente tratar dos interesses estratégicos das duas nações. Outra questão que demonstra o descolamento entre as políticas externas dos países e a própria vontade de sua população é o fato de os maiores aliados ao regime (EUA e Reino Unido) possuírem os maiores movimentos civis antiapartheid.

Também é necessário reconhecer as limitações deste trabalho. Dentre elas, diversos atores importantes no período da Guerra Fria não foram analisados, como o papel da China no regime do apartheid, das igrejas e de outros países que, mesmo quando não afetados diretamente pelo

regime do apartheid, tomavam parte no conflito devido a interesses secundários ou necessidade de demonstrar solidariedade aos seus aliados.

Seria ousado confirmar a hipótese colocada inicialmente, colocando todo o peso da sustentação do regime no apoio dado pelos seus aliados, mas dois fatores ajudam a sustentar esta hipótese: quando se dissolve a União Soviética e os países socialistas ficam enfraquecidos, a princípio algo positivo para o regime, seus aliados ficam menos propensos a defenderem ou deixarem de atacar a África do Sul, dando mais força para o movimento antiapartheid; a crise do regime é aprofundada e a necessidade por mudanças são reconhecidas quando os Estados aliados se unem às sanções econômicas.

As alianças reforçam a ideia de auto-interesse dos Estados nas Relações Internacionais, sendo um critério objetivo central nas suas decisões, influenciado por questões estratégicas, econômicas e ideológicas. As intenções americanas de terminar com o apartheid de maneira pacífica e positiva, se analisadas somente pelo viés prático, mostram que os americanos estavam mais auto-interessados e não preocupados com o bem-estar sul-africano. Países contrários ao regime, por mais legítimas que fossem suas intenções, estariam sendo beneficiados caso houvesse uma troca de regimes. Comissões na ONU por vezes utilizavam-se do apartheid como ferramenta política para reforçar sua própria agenda. As ideias sobre a complexidade da política internacional podem ser básicas para estudiosos da área, mas este trabalho ilustra de várias maneiras como isso se verifica na prática.

REFERÊNCIAS

- ACHESON, D. **Present at the creation: my years in the State Department**. New York: Norton, 1969.
- BOBBIO, N., et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1983. (1909)
- BRAGA, P. R. S. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- BRICKLEY, C. **South Africa: Britain out of Apartheid, Apartheid out of Britain**. London: Larkin Publications, 1985.
- CARTER, G. The discrimination against Indians in South Africa. In: GYORGY, A. & GIBBS, H. **Problems in International Relations**. Nova Iorque: Prentice-Hall Inc., 1955.
- DEDERING, T. Ostpolitik and the Relations between West Germany and South Africa. In: FINK, C. & SCHAFER, B. (orgs.). **Ostpolitik, 1969 – 1974: European and Global Responses**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HANKS, R. J. **The Cape Route: imperiled Western lifeline**. Cambridge: Institute for Foreign Policy Analysis, 1981.
- HIRSCHMANN, D. Pressures on Apartheid. In: **Foreign Affairs: an american quarterly review**. Out., 1973. Vol.52, n.1. p.168-179.
- HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORNSBY, D. & BLACK, D. Breaking with tradition? South Africa-UK relations. In: **Commonwealth & Comparative Politics**, vol.54, n.2., mar., 2016 London. Taylor & Francis Group. p.268-286
- JUDD, D. **Empire: The British Imperial Experience from 1765 to the present**. New York: HarperCollins, 1996

KONSTANTINOS, M. An Outline of the Europe-South Africa relations during and post the apartheid era. In: **CES Working Papers**. Centre for European Studies Alexandru Ioan Cuza. v.IV, n.4, 2012 p.758-771

Países da Linha da Frente: a informação necessária. Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Internacional de Soliedariedade com os Estados da Linha de Frente. Lisboa, 1983.

PEREIRA, A. D. **A Revolução Sul-Africana**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

POLAKOV-SURANSKI, S. **The Unspoken Alliance:** Israel's secret relationship with apartheid South Africa. New York: Pantheon Books, 2010.

ROSS, R. **A concise history of South Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SAMPSON, A. **O Negro e o Ouro:** Magnatas, Revolucionários e o Apartheid. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHUBIN, V. **The Hot Cold War:** URSS in Southern Africa. London: Pluto Press, 2008.

SLOVO, J. **África do Sul:** um só caminho. Lisboa: Editora Caminho, 1978.

STRYDOM, L. **Rivonia Unmasked!** Johannesburg: Voortrekkerpers, 1965, p. 108.

TAYLOR, I. “Conheça o novo chefe – igual ao antigo chefe”: a transição da África do Sul pelo emburguesamento. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v.1, n.1, jan./jun 2016, p. 10-39

THOMPSON, L. **A history of South Africa**. New Haven: Yale University Press, 1990.

THOMSON, A. **U.S. Foreign Policy towards Apartheid South Africa, 1948-1994:** conflict of interests. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

VISENTINI, P. G. F. **Livro na Rua:** África do Sul. Brasília: FUNAG/Thesaurus, 2011.

VISENTINI, P. G. F., et al. **África do Sul:** história, estado e sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.